



Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**  
**EXPEDIENTE ATÉ 27.04.21**

- Foram feitas as seguintes designações de relatorias no dia 22/04/2021:

Proposta	Autor / Ementa	Relator(a)
<b>PL 3391/2020</b>	Do(a) Sr(a). Sen. <b>Romário</b> - Institui o Dia Nacional do Orgulho Autista.	Rejane Dias (PT/PI)
<b>PL 4937/2020</b>	Do(a) Sr(a). Sen. <b>Diego Tavares</b> - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a acessibilidade dos passeios a serem construídos em vias urbanas e trechos urbanos de vias rurais, e sobre a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito na adaptação de passeios e em tecnologias para segurança e acessibilidade no trânsito para pessoas com deficiência, e para tipificar a infração de estacionar o veículo junto a rampa de acesso de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.	Felipe Rigoni (PSB/ES)
<b>PL 133/2021</b>	Do(a) Sr(a). Dep. <b>Hélio Lopes</b> - Altera os arts. 16 e 18 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar, ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a participação do produto da arrecadação das loterias de prognósticos numéricos e de prognósticos esportivos que especifica, para o financiamento de ações que visem à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.	Lourival Gomes (PSL/RJ)
<b>PL 150/2021</b>	Do(a) Sr(a). Dep. <b>Marcelo Aro</b> - Destina recursos de loterias e concursos de prognósticos para a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS).	Júlio Cesar Ribeiro (Republicanos/DF)

<b>PL 258/2021</b>	Do(a) Sr(a). Dep. <b><u>Roberto de Lucena</u></b> - Dispõe sobre a instalação de itens de segurança e acessibilidade nas escadas, escadas rolantes, esteiras e rampas nos locais que especifica.	Fábio Trad (PSD/MS)
<b>PL 261/2021</b>	Do(a) Sr(a). Dep. <b><u>Roberto de Lucena</u></b> - Acrescenta o parágrafo único no art. 57 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para determinar que as empresas que comercializam roupas deverão ter ao menos um provador adaptado para pessoas com deficiência.	Mara Rocha (PSDB/AC)
<b>PL 3565/2020</b>	Do(a) Sr(a). Dep. <b><u>Maria Rosas</u></b> - Altera os incisos VI e VII do § 4º do artigo 18 da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, para explicitar direitos relativos à saúde sexual e reprodutiva da pessoa com deficiência.	Carla Dickson (PROS/RN)
<b>PL 3506/2020</b>	Do(a) Sr(a). Dep. <b><u>Julio Cesar Ribeiro</u></b> - Instituir o Dia da Conscientização da Agenesia de Membros	Tiago Dimas (Solidariedade/TO)
<b>PL 206/2021</b>	Do(a) Sr(a). Dep. <b><u>Franco Cartafina</u></b> - Altera a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para determinar que as pessoas com Síndrome de Tourette sejam consideradas pessoas com deficiência para todos os fins legais.	Alexandre Padilha (PT/SP)
<b>PL 1904/2020</b>	Do(a) Sr(a). Dep. <b><u>Rejane Dias</u></b> - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as prestadoras de telecomunicações disponibilizarem conexões de dados de alta velocidade sem ônus para as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, para oferta de conteúdos educacionais, e liberação da franquia de dados de telefonia celular para os alunos, em situações de calamidade pública ou de pandemias.	Tereza Nelma (PSDB/AL)
<b>PL 2918/2020</b>	Do(a) Sr(a). Dep. <b><u>Marcelo Aro</u></b> - Estabelece ações afirmativas para pessoas com deficiência por força das condutas de isolamento e quarentena previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020,	Rosana Valle (PSB/SP)

	que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	
<b>PL 3563/2020</b>	Do(a) Sr(a). Dep. <b><u>Maria Rosas</u></b> - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para incluir o atendimento humanizado e acessível para pessoas com deficiência nas ações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da COVID-19.	Érika Kokay (PT/DF)
<b>PL 292/2021</b>	Do(a) Sr(a). Dep. <b><u>Elcione Barbalho</u></b> - Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os aparelhos para facilitar a audição, classificados no código 9021.40.00 da Tabela de Incidência do IPI (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, quando adquiridos por beneficiários do bolsa família, aposentados, pensionistas e demais pessoas que não auferiram rendimentos, tributáveis ou não, superiores aos limites de isenção mensal e anual previstos na legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF).	Otavio Leite (PSDB/RJ)